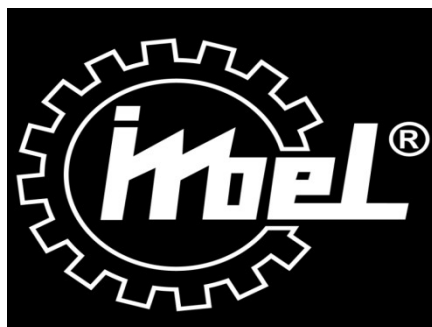




INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

"Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército"



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS 1º TRIMESTRE DE 2026

IMBEL® - CAPACIDADES QUE GERAM PODER DE COMBATE

www.imbel.gov.br





Conteúdo

1. BALANÇO PATRIMONIAL	03
2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	04
3. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	05
4. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	06
5. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	07
6. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	08
7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	09
8. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	10
9. DISPONIBILIDADES	16
10. CLIENTES	16
11. ESTOQUES	18
12. IMPOSTOS A RECUPERAR	19
13. DESPESAS ANTECIPADAS	19
14. OUTROS CRÉDITOS	19
15. INVESTIMENTOS	20
16. IMOBILIZADO	21
17. INTANGÍVEL	22
18. FORNECEDORES	22
19. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES	23
20. RECEITA ORÇAMENTÁRIA A REALIZAR	23
21. TED (TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA) A REALIZAR	23
22. PROVISÕES JUDICIAIS	24
23. PROVISÕES DIVERSAS	25
24. OUTRAS OBRIGAÇÕES	25
25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25
26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26
27. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS	27
28. MANUTENÇÃO DE CAPACIDADE ESTRATÉGICA	28
29. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	29
30. DESPESAS COMERCIAIS	30
31. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	31
32. DESPESAS DIVERSAS	31
33. RESULTADO TED	31
34. RECEITAS DIVERSAS	31
35. DESPESAS FINANCEIRAS	31
36. RECEITAS FINANCEIRAS	32
37. OUTRAS DESPESAS	32
38. OUTRAS RECEITAS	32
39. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	32
40. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	33
41. REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES, EMPREGADOS E BENEFÍCIOS	34
42. PARTES RELACIONADAS	35
43. CONCILIAÇÃO ENTRE BALANÇO PUBLICADO E BALANÇO SIAFI	36

**1. BALANÇO PATRIMONIAL**

PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2026			
(valores expressos em milhares de reais)			
ATIVO	Nota	31/3/2026	31/12/2025
Ativo Circulante		521.229	491.441
Disponibilidades	9	261.659	243.892
Clientes	10	6.616	6.427
Estoques	11	246.409	226.781
Impostos a Compensar/Recuperar	12	4.142	9.884
Despesas Antecipadas	13	962	642
Outros Créditos	14	1.442	3.814
Ativo Não Circulante		689.808	679.785
Outros Créditos	14	13.569	13.772
Clientes a longo Prazo	10	365.338	368.144
Investimentos	15	2.303	2.303
Imobilizado	16	304.342	292.176
Intangível	17	4.256	3.389
TOTAL DO ATIVO		1.211.038	1.171.225
PASSIVO	Nota	31/3/2026	31/12/2025
Passivo Circulante		111.872	99.987
Fornecedores	18	19.734	18.573
Obrigações Trabalhistas, Tributárias e	19	38.483	38.586
Receita Orçamentária a Realizar	20	29.157	19.871
Adiantamentos de Clientes	24	464	19
Provisões Judiciais	22	11.637	9.946
Provisões Diversas	23	192	407
Outras Obrigações	24	12.205	12.584
Passivo Não Circulante		377.628	364.275
Obrigações Trabalhistas, Tributárias e	19	-	133
TED a realizar	21	377.628	364.143
Patrimônio Líquido	25	721.538	706.963
Capital Social	25.1	510.513	412.225
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital -	25.2	13.522	41.985
Reservas	25.3	185.229	252.753
Lucro/Prejuízo Contábil Acumulado	25.3	12.275	-
TOTAL DO PASSIVO		1.211.038	1.171.225

Marcio Gabriel Ribeiro
Diretor Administrativo-Financeiro

Betânia Alves
Contadora CRC-DF 021352/O-T

Ricardo Rodrigues Canhaci
Diretor Presidente

**2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

		PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2026			
		(valores expressos em milhares de reais)			
	NOTA	01/01/2026 a 31/03/2026	01/01/2026 a 31/03/2026	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2025 a 31/03/2025
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	17.259	17.259	35.880	35.880
(-) Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços	27	(10.455)	(10.455)	(26.097)	(26.097)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		6.803	6.803	9.783	9.783
Manutenção da Capacidade Estratégica	28	(18.882)	(18.882)	(15.860)	(15.860)
Despesas Administrativas	29	(29.884)	(29.884)	(30.469)	(30.469)
Despesas Comerciais	30	(140)	(140)	(162)	(162)
Despesas Tributárias	31	(2.245)	(2.245)	(1.818)	(1.818)
Despesas Diversas	32	(7.238)	(7.238)	(5.597)	(5.597)
Resultado TED	33	-	-	(2.995)	(2.995)
Receitas Diversas	34	511	511	263	263
RESULTADO OPERACIONAL		(51.074)	(51.074)	(46.854)	(46.854)
Despesas Financeiras	35	(488)	(488)	(1.997)	(1.997)
Receitas Financeiras	36	6.818	6.818	7.236	7.236
Outras Despesas	37	(167)	(167)	(8)	(8)
Outras Receitas	38	4.097	4.097	394	394
Receita Orçamentária	39	58.130	58.130	37.250	37.250
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		17.317	17.317	(3.980)	(3.980)
Imposto de Renda e Contribuição Social	40	(5.042)	(5.042)	-	-
LUCRO OU PREJUÍZO CONTÁBIL		12.275	12.275	(3.980)	(3.980)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Marcio Gabriel Ribeiro
Diretor Administrativo-Financeiro

Betânia Alves
Contadora CRC-DF 021352/O-T

Ricardo Rodrigues Canhaci
Diretor Presidente

**3. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

								PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2026	
								(valores expressos em milhares de reais)	
	NOTA	Capital Social	AFAC	Legal	Reserva de Lucro a Disposição da	Reserva de Investimento	Reserva Especial (Dividendos)	Superávit ou Déficit Contábil	TOTAL
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2025		412.225	21.748	10.012	-	140.733	19.424	-	604.142
AFAC		-	4.500	-	-	-	-	-	4.500
Resultado do Trimestre		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucro		-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação (Dividendos a Pagar)		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de exercício anterior		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Trimestre		-	-	-	-	-	-	(3.980)	(3.980)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025		412.225	26.248	10.012	-	140.733	19.424	(3.980)	604.662
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2026		412.225	41.985	14.350	-	202.540	35.864	-	706.963
AFAC		30.763	(28.463)	-	-	-	-	-	(28.463)
Reserva Legal		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucro		67.525	-	-	-	(67.525)	-	-	(67.525)
Destinação (Dividendos a Pagar)		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de exercício anterior		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	-	12.275	12.275
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2026		510.513	13.522	14.350	-	135.015	35.864	12.275	721.538

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Marcio Gabriel Ribeiro
Diretor Administrativo-Financeiro

Betânia Alves
Contadora CRC-DF 021352/O-T

Ricardo Rodrigues Canhaci
Diretor Presidente



4. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

	PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2026	
	(valores expressos em milhares de reais)	
	31/3/2026	31/3/2025
Resultado do exercício (antes do IRPJ e CSLL)	17.317	(3.980)
Ajuste por:		
Depreciações e amortizações	1.333	1.355
Perdas no Imobilizado	151	1
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	7
Provisão para Perdas no Estoque	(1.488)	(331)
Provisões para contingências	1.476	540
Receita Subvenções Governamentais	(58.130)	(37.250)
Lucro ajustado:	(39.342)	(39.658)
(Aumento) Redução de Clientes	(189)	2.004
(Aumento) Redução em Estoques	(18.139)	(1.148)
(Aumento) Redução em Impostos a Recuperar	5.742	(569)
(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas	(320)	(100)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	5.381	(19.940)
Aumento (Redução) em Fornecedores	1.161	14.084
Aumento (Redução) em Obrigações Trabalhistas e Tributárias	(118)	740
Imposto de renda e Contribuição social pagos no Exercício	(5.042)	-
Aumento (Redução) de Receita Orçamentária a Realizar	9.286	24.596
Redução EC 135/2024-DRU a pagar	-	1.258
Redução Subvenção Governamental - Emenda Parlamentar	-	221
Aumento de TED a Realizar	13.485	10.267
Aumento de Capital Social	98.288	-
Aumento em Adiantamento de clientes	445	(3.711)
Aumento em Outras Obrigações	(497)	713
Redução da Reserva de Investimento	(67.525)	-
Variações Patrimoniais	41.957	28.415
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.615	(11.244)
(Alienação) Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	(14.517)	(8.060)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(14.517)	(8.060)
Receita Subvenções Governamentais	58.130	37.250
Aumento/Redução em Adiantamento Para Futuro Aumento Capital Social (AFAC)*	(28.463)	4.500
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	29.668	41.750
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIV. DE CAIXA	17.766	22.446
Saldo Inicial de Caixa e Equivalente de Caixa	243.892	224.450
Saldo Final de Caixa e Equivalente de Caixa	261.659	246.896
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	17.766	22.446

* Reclassificação de AFAC para fluxo de Investimento conforme CPC 03 (02) - Demonstração Fluxo de Caixa.

Marcio Gabriel Ribeiro
Diretor Administrativo-Financeiro

Betânia Alves
Contadora CRC-DF 021352/O-T

Ricardo Rodrigues Canhaci
Diretor Presidente

**5. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2026		
(valores expressos em milhares de reais)		
	31/3/2026	31/3/2025
1 - RECEITAS	26.543	47.050
1.1) Vendas de mercadoria, produtos e serviços	21.919	46.370
1.2) Outras receitas	4.608	657
1.3) Provisão p/devedores duvidosos – Reversão/(Constituição)	16	23
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	48.251	64.999
2.1) Custos das mercadorias e serviços vendidos	10.455	26.097
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	11.020	12.445
2.3) Perda/Recuperação de valores ativos	151	1
2.4) Outras - Despesas Diversas	26.624	26.457
2.5) Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(21.709)	(17.949)
4 - RETENÇÕES	1.333	1.355
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	1.333	1.355
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	(23.042)	(19.304)
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	64.949	44.486
6.1) Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas	6.818	7.236
6.2) Redução em Outros Créditos	58.130	37.250
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	41.907	25.182
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	41.907	25.182
8.1) Pessoal e encargos	14.359	13.658
8.1.1 - Remuneração direta	12.004	11.858
8.1.2 - Benefícios	1.385	876
8.1.3 - FGTS	970	924
8.2) Impostos, taxas e contribuições	15.273	15.505
8.2.1 - Federais	10.441	4.866
8.2.2 - Estaduais	4.173	10.281
8.2.3 - Municipais	659	358
8.4) Juros s/ capital próprio e dividendos		
8.5) Lucros retidos / prejuízo do exercício	12.275	(3.980)
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.		

Marcio Gabriel Ribeiro
Diretor Administrativo-Financeiro

Betânia Alves
Contadora CRC-DF 021352/O-T

Ricardo Rodrigues Canhaci
Diretor Presidente

**6. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2026				
(valores expressos em milhares de reais)				
	01/01/2026 a 31/03/2026	01/01/2026 a 31/03/2026	01/01/2025 a 31/03/2025	01/01/2025 a 31/03/2025
SUPERÁVIT/DÉFICIT CONTÁBIL DO EXERCÍCIO	12.275	12.275	(3.980)	(3.980)
Parcela dos Sócios da Controladora	12.275	12.275	(3.980)	(3.980)
Outros Resultados Abrangentes Antes da Reclassificação				
Ajustes de Exercícios Anteriores				
Resultado Abrangente Total	12.275	12.275	(3.980)	(3.980)
Parcela dos Sócios da Controladora	12.275	12.275	(3.980)	(3.980)
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.				

Marcio Gabriel Ribeiro
Diretor Administrativo-Financeiro

Betânia Alves
Contadora CRC-DF 021352/O-T

Ricardo Rodrigues Canhaci
Diretor Presidente



7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. Contexto Operacional

7.1.1. A Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL® foi criada em 14 de julho de 1975, por intermédio da Lei nº 6.227. É uma Empresa Pública dependente integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade da União, vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando do Exército, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio.

7.1.2. A IMBEL®, como empresa estratégica fabril e gerencial, desenvolverá, prioritariamente, suas atividades no Setor de Produtos e Sistemas de Defesa e de Segurança, com estrita observância das Políticas, Estratégias, Planos e Programas do Governo Federal e das diretrizes fixadas, periodicamente, pelo Comandante do Exército para a IMBEL®, tendo por objeto:

I – colaborar no planejamento fabril e gerencial e na obtenção de produtos e sistemas de defesa e de segurança por intermédio de transferência de tecnologia, incentivo à implantação de novas indústrias e prestação de assistência técnica e financeira;

II – colaborar, com base na iniciativa privada, com a implantação e o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa de interesse das Forças Armadas, buscando a redução progressiva de dependência externa de produtos e de sistemas estratégicos de defesa;

III – administrar, industrial e comercialmente, seu próprio complexo fabril de produtos e sistemas de defesa e de segurança e de outros bens cuja tecnologia derive de desenvolvimento de equipamentos de aplicação militar, por força de contingência de pioneirismo, conveniência administrativa e/ou interesse de segurança nacional;

IV – participar na manutenção e da capacidade estratégica da indústria de defesa e de segurança do País; e

V – promover o desenvolvimento e a execução de outras atividades relacionadas com sua finalidade.

7.1.3. Constituem atividades relacionadas com a finalidade da IMBEL®:

I - promover a Base Industrial de Defesa e atividades correlatas, abrangendo a construção e a manutenção da infraestrutura de defesa, bem como a logística, a mobilização, a pesquisa, o desenvolvimento, a inovação e a certificação de seus produtos e de terceiros;

II- gerenciar projetos de interesse da Defesa e da Segurança;

III - promover ou executar atividades vinculadas à obtenção e manutenção de produtos e sistemas de defesa e de segurança;

IV - promover e executar atividades ligadas à obtenção, manutenção, proteção ou expansão dos conhecimentos e competências essenciais para a IMBEL® cumprir tanto os seus objetivos, quanto as exigências de mobilização do País;

V - promover e executar atividades que permitam à IMBEL® manter uma infraestrutura adequada às exigências de mobilização e de manutenção da capacidade estratégica fabril e gerencial de defesa e de segurança do País;

VI – atuar como prestadora de serviços ou representante comercial;

VII – exportar produtos e sistemas de defesa das Forças Armadas; e

VIII – apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de defesa e segurança nacional.

7.1.4. As atividades desenvolvidas pela IMBEL® integram a estrutura logística terrestre do País em favor da Soberania Nacional e caracterizam-se por terem elevada complexidade de natureza estratégica e operacional, no ramo de defesa e segurança, necessárias ao imperativo da Segurança Nacional, conforme a Política e a Estratégia Nacional de Defesa.

7.1.5. A IMBEL® tem sede e foro na cidade de Brasília - DF, onde está situada sua Diretoria. Atua em todo o território nacional e possui as seguintes Unidades de Produção.



Sigla	Localização	Principais produtos
FPV	Piquete – SP	Fabricação de pólvora de base simples, pólvora de base dupla, éter sulfúrico, plastex, dinamites gelatinosas, grãos propelentes base dupla, abrigos temporários de alto desempenho, trinitrotolueno (TNT), nitrocelulose, nitroglicerina e gelatina explosiva.
FJF	Juiz de Fora - MG	Fabricação de munição de grosso calibre.
FMCE	Rio de Janeiro - RJ	Fabricação de sistemas equipamentos eletrônicos militares.
REPI	Wenceslau Braz - MG	Produção, distribuição e comercialização de Energia Elétrica.
FI	Itajubá – MG	Fabricação de armamento leve (Pistolas, Fuzis e Carabinas).
FE	Magé – RJ	Fabricação de explosivos, propelentes, iniciadores e acessórios.
ESRS	Santa Rita do Sapucaí - MG	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais.

7.1.6. Em 2024, a IMBEL[®] tornou-se uma Instituição Científica Tecnológica e de Inovação (ICT), ampliando suas capacidades e possibilidades.

7.2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

7.2.1. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as Normas Brasileiras de Contabilidade, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis ao encerramento do exercício.

8. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

8.1. Disponibilidades

São registradas pelo valor nominal, atualizadas às taxas do último dia útil do ano corrente, quando aplicável. As aplicações financeiras oriundas da fonte própria (Fonte 250) foram realizadas junto ao Banco do Brasil, de acordo com as seguintes legislações: Decreto lei 1.290 de 3 DEZ/1973 art. 2º e 3º, Resolução 3.284 BCB 25/05/2005 art. 4º, Resolução 12/2010 CA/IMBEL[®], MacroFunção SIAFI 020305 e IN 04 STN de 30/08/2004.

8.2. Instrumentos Financeiros

8.2.1. A classificação dos ativos financeiros é realizada a partir de uma análise das características contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócios da empresa para a gestão dos ativos.

8.2.2. Os ativos financeiros são classificados nas categorias, abaixo, relacionadas:

8.2.2.1. Custo amortizado: são ativos financeiros geridos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja receber os respectivos fluxos de caixa contratuais. Nessa categoria, os fluxos de caixa futuros previstos contratualmente devem constituir-se exclusivamente em pagamentos de principal e juros em datas especificadas.

8.2.2.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: são ativos financeiros geridos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela negociação com transferência substancial de riscos e benefícios.

8.2.2.3. Valor justo por meio de resultado: são ativos financeiros que não se enquadram nas categorias custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou que são, no reconhecimento inicial,



designados de forma irrevogável como valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar um descasamento contábil caso fossem mensurados de outra forma.

8.2.3. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal.

8.3. Clientes

8.3.1. São registrados pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

8.3.2. A provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa considera um indicador interno de avaliação de risco, que captura o comportamento do cliente perante a Empresa e as flutuações do contexto macroeconômico. As estimativas de perdas foram baseadas em duplicatas de clientes que já possuem histórico presente de cobrança judicial sob litígio.

8.4. Estoques

São avaliados ao custo de aquisição ou de produção, não excedendo o valor de mercado. O custo de produção reflete o método de absorção total de custos industriais, com base na utilização normal da capacidade de produção, sendo que o custo correspondente à substituição da capacidade normal é debitado ao Resultado do período como Manutenção da Capacidade Estratégica. Os Estoques de Produtos em Elaboração e Acabados compreendem matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos, despesas gerais de produção e importações em andamento.

8.5. Impostos a Recuperar

8.5.1. São registrados mediante apropriação na aquisição de insumos destinados à produção, os quais serão compensados com saldos a pagar no exercício seguinte, com exceção ao INSS.

8.5.2. O imposto a recuperar dos tributos ICMS, IPI, PIS e COFINS advém das compras de insumos utilizados na produção e do recebimento das duplicatas das vendas aos Órgãos Públicos, os quais retêm os impostos Federais por força do artigo nº 34 da Lei 10.833/2003.

8.5.3. Os impostos a recuperar são mensalmente compensados com tributos gerados nas operações de saída ou por intermédio de pedidos de ressarcimento junto à Receita Federal do Brasil.

8.6. Despesas Antecipadas

Os custos de serviços a apropriar são compostos por serviços que estão sendo prestados a clientes, já a manutenção a apropriar é composta por gastos com a manutenção de máquinas e equipamentos. Após a conclusão da manutenção, a ordem é encerrada e, com base na avaliação técnica, os valores acumulados passam a integrar o equipamento ou são registrados no Resultado do Exercício.

8.7. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes

São registrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

**8.8. Investimentos**

São avaliados pelo custo de aquisição, ajustados ao seu valor recuperável, quando aplicável, e pelos rendimentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

8.9. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação, deduzido pela depreciação acumulada. A Depreciação do Ativo Imobilizado é calculada pelo método linear, a qual reflete o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.

8.10. Intangível

Os Ativos Intangíveis são mensurados com base no custo de aquisição e/ou formação, deduzido a amortização acumulada, se for o caso, e perdas por redução ao valor recuperável.

8.11. Adiantamento de Clientes

Corresponde aos adiantamentos recebidos dos clientes antes da entrega dos produtos, suportados por contratos celebrados entre as partes, e estão sujeitos à variação cambial, quando aplicável.

8.12. Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações cambiais.

8.13. Provisões para Contingências

8.13.1. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

8.13.2. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

8.13.3. Provisões para contingências relacionadas a processos judiciais são reconhecidas com base nos laudos dos assessores jurídicos e melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data de encerramento do exercício.

8.13.4. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, e os classificados como remoto não requerem provisão e divulgação.

8.13.5. As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

8.14. Apuração do Resultado

As Receitas e Despesas foram apuradas pelo Regime de Competência.

8.15. Receita Orçamentária

8.15.1. É disponibilizada pelo governo e reconhecida pelo Regime de Competência. Referem-se as disponibilidades de recursos financeiros que ingressam nos cofres públicos, sendo uma fonte financeira utilizada



pelo Estado em programas e ações, cuja finalidade principal é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.

8.15.2. A IMBEL[®] é uma empresa estatal dependente, por isso faz parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União e não do Orçamento de investimentos das Estatais, e tem seus gastos discricionários classificados nos GNDs (grupos de natureza de despesa) 3 (outras despesas correntes) e 4 (investimento), e seus gastos de pessoal em GND 1 (pessoal e encargos sociais), assim como as outras empresas estatais dependentes da União.

8.15.3. Pelo art. 2º, inciso III da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal), empresa estatal dependente é a empresa controlada que recebe do ente controlador (União) recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, neste último caso, os provenientes de aumento de participação societária.

8.16. TED a Realizar

O Termo de Execução Descentralizada - TED constitui instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de créditos entre órgãos integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União para execução de ações de interesse recíproco, previsto no Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020. O registro do TED no passivo ocorre pelo valor pactuado entre as partes envolvidas.

8.17. Tributos

8.17.1. Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% e adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	9%
Pis/Pasep	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	até 5%

8.17.2. O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são calculados, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e Lei nº 9.532/1997, consolidadas pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018. Os déficits acumulados nas operações brasileiras não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada em até 30%, para anos futuros, do montante do lucro tributável de cada exercício.

8.17.3. São excluídos, para fins de apuração da receita bruta, segundo o §4º do artigo nº 12 da lei 12.973, de 13 de maio de 2014, o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e intermunicipal e de Comunicação – ICMS/ST, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário.

8.17.4. A IMBEL[®], em virtude da obrigatoriedade no seguimento pela sistemática tributária de Lucro Real, adota o regime da não cumulatividade para os impostos PIS (programa da integração social) e COFINS (contribuição para o financiamento da seguridade social), previsto na lei nº 10.637 de 30 de dezembro de 2002.

8.17.5. A Empresa é contribuinte do ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços), e nas vendas ao consumidor final de outras UF (Unidades Federativas) sofre a sujeição ao ICMS DIFAL UF ORIGEM (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços diferencial de alíquota das unidades federativas de origem), ICMS sobre vendas DIFAL DESTINO e ICMS do Fundo de Combate à Pobreza, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 87/2015, que realocou, progressivamente, a partilha do ICMS entre os Estados.



8.18. DRU- EC 135/2024-DRU a Pagar

A Desvinculação de Receita da União (DRU) é uma medida da Emenda Constitucional (EC) nº 135/2024, promulgada em 20/12/2024, visando aumentar a flexibilidade do governo federal para desvincular 30% da arrecadação de receitas patrimoniais até 2032. Mensagem SIAFI 2025/3727183 De 170500 - COORDENACAO-GERAL DE TESOURARIA – CGTES/STN em 28/07/2025 a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN emitiu um Parecer SEI Nº 1563/2025/MF no qual registrou o entendimento de que não deve haver incidência da DRU, nos termos do art. 76 do ADCT, sobre receitas patrimoniais auferidas pelas empresas públicas dependentes.

8.19. Manutenção da Capacidade Estratégica

É um conjunto de ações voltadas para garantir que a empresa preserve sua capacidade produtiva em setores essenciais, mesmo quando determinadas operações não são economicamente viáveis no curto prazo. Essa estratégia assegura que as linhas de produção possam ser reativadas rapidamente conforme a necessidade estratégica da empresa e do país, especialmente no contexto da defesa nacional.

Para isso, são realizados investimentos contínuos na manutenção operacional, modernização e expansão da infraestrutura industrial abrangendo:

- **Sustentação de linhas de produção existentes:** Pagamento de mão de obra, manutenção preventiva e corretiva, depreciação, e custos fixos operacionais.
- **Modernização e inovação:** Retrofitagem de equipamentos, adoção de novas tecnologias e treinamento contínuo da equipe.
- **Gestão estratégica de recursos:** Monitoramento de desempenho, avaliação contínua e investimentos sustentáveis para garantir prontidão operacional.

Esse modelo reforça a capacidade de resposta da empresa a demandas estratégicas, evitando reativações emergenciais onerosas e assegurando sua relevância para a segurança e desenvolvimento industrial do país.

8.20. Riscos Inerentes ao Negócio

A IMBEL[®], na condição de Empresa Pública Dependente do Orçamento Federal, está sujeita aos seguintes riscos:

8.20.1. Riscos Estratégicos: associados às decisões estratégicas da IMBEL[®] para atingirem os seus objetivos estratégicos, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Empresa para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente e imagem;

8.20.2. Riscos Operacionais: decorrentes da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, do processamento e do controle de operações, bem como de falhas no gerenciamento de recursos e nos controles internos ou pela ocorrência de fraudes que tornem impróprio o exercício das atividades da Empresa (Ex: produzir e distribuir seus produtos nas condições e prazos estabelecidos);

8.20.3. Riscos de Conformidade ou "Compliance": resultantes de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a empresa pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de leis, acordos, regulamentos, código de conduta e/ou das políticas; e

8.20.4. Riscos Financeiros: são classificados em:

8.20.4.1. Riscos de Mercado, que decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio e de outros fatores não previstos;

8.20.4.2. Riscos de crédito, definidos como a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos; e



8.20.4.3. Riscos de liquidez, que indicam a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou a possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

8.21. Moeda Funcional e de Apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da IMBEL® é o Real (R\$).

8.22. Redução ao Valor Recuperável (*impairment*)

8.22.1. A empresa avalia na data do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se um ativo, ou grupo de ativos, não é recuperável. Um ativo ou grupo de ativos é considerado como não recuperável se houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa (UGC). Foi utilizado o fluxo de caixa descontado para determinar se o valor em uso das UGCs, calculado para o período de 5 anos. Aplicou-se uma taxa de desconto de 14,4%, baseada na soma das Taxas de Longo Prazo e taxa de risco. Esta última foi equiparada às taxas utilizadas por empresas similares no mercado em que a IMBEL® atua.

8.22.2. Não foram observados, em 2025, indícios internos ou externos de desvalorização significativa em seus ativos, pois não houve registros de mudanças relevantes no ambiente tecnológico, de mercado, econômicos e legais da área comercial em que a IMBEL® atua. Também não ocorreram indicações que o valor do ativo diminuiu significativamente ao ponto de superar as expectativas dos resultados da passagem do tempo ou uso normal. Segue abaixo o resumo do teste de imparidade realizado em 2025:

PAINEL DO TESTE DE IMPARIDADE / IMBEL										
UP	QTD TOTAL DOS ATIVOS VLR CONT > 0	VALOR TOTAL DOS ATIVOS		ATIVOS INSERIDOS NO TESTE DE IMPARIDADE/IMBEL						
				QTD DE ATIVOS	VALOR CONTÁBIL ATIVOS UP	VALOR CONTÁBIL ATIVOS SEDE (RATEIO)	PERCENTUAL RELATIVO A QTD	PERCENTUAL RELATIVO AO VALOR	VALOR PRESENTE (VLP)	RESULTADO DO TESTE DE IMPARIDADE
		VLR CONT > 0								
FPV	2556	R\$ 25.073.868,11		2346	R\$ 21.073.071,00	R\$ 381.909,46	91,78%	84,04%	R\$ 779.980.657,47	R\$ 758.907.586,47
FJF	2529	R\$ 22.355.230,56		1318	R\$ 19.487.716,53	R\$ 286.432,20	52,12%	87,17%	R\$ 1.756.441.911,79	R\$ 1.736.954.195,26
REPI	55	R\$ 1.279.564,09		27	R\$ 1.209.271,37	R\$ 47.738,70	49,09%	94,51%	R\$ 18.291.580,94	R\$ 17.082.309,57
FMCE	2709	R\$ 8.646.845,34		237	R\$ 1.996.023,42	R\$ 572.864,40	8,75%	23,08%	R\$ 45.543.018,04	R\$ 43.546.994,62
FI	3871	R\$ 38.257.490,31		1674	R\$ 27.310.661,70	R\$ 572.864,40	43,24%	71,39%	R\$ 1.502.783.850,60	R\$ 1.475.473.188,90
FE	4937	R\$ 18.291.580,19		4517	R\$ 17.823.446,78	R\$ 763.819,20	91,49%	97,44%	R\$ 142.940.946,38	R\$ 125.117.499,60
SEDE	1921	R\$ 2.625.628,36		1921	R\$ 2.625.628,36	R\$ -	100,00%	100,00%	-	-
TOTAL	18578	R\$ 116.530.186,96		12040	R\$ 91.525.819,16	R\$ 2.625.628,36	62,35%	79,66%	R\$ 8.403.063.739,64	R\$ 8.403.063.739,64

8.23. Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo Imobilizado, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Perdas em Estoques, bem como as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas anualmente.



9. DISPONIBILIDADES

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Aplicação Financeira ⁽¹⁾	217.300	205.746
Tesouro Nacional Fonte 250 ⁽²⁾	10.845	6.452
Tesouro Nacional Fonte 100	33.499	31.694
Cartão Corporativo	15	-
Total de Disponibilidades	261.659	243.892

(1) Composta por recursos próprios que foram recolhidos através da Guia de Recolhimento da União (GRU) na Conta Única do Tesouro Nacional. A movimentação dos valores registrados na rubrica é realizada pelo Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

A IMBEL® realizou aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, obtendo, no 1º TRIM 2026, rendimentos de R\$ 6.617.802,99. A IMBEL utiliza-se de procedimentos referentes às aplicações financeiras conforme as seguintes legislações:

- Decreto lei 1.290 de 3 DEZ/1973, art. 2º e 3º;

- Resolução 4.986 BACEN (Banco Central do Brasil) de 17/02/2022;

- Resolução 12/2010 CA/IMBEL®, que autorizou a aplicação financeira da Empresa junto ao Banco do Brasil;

- Macro Função SIAFI 0203505; e

- IN 04 STN de 30/08/2004.

(2) Valor Referente a recebimento de cliente (RA) e obrigações não executadas no final do trimestre.

10. CLIENTES

10.1. Segmentação Curto Prazo (Ativo Circulante)

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Clientes - Mercado Interno ⁽¹⁾	6.616	6.427
Clientes - Mercado Externo	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(0)	(0)
Total de Clientes	6.616	6.427

(1) Os recebimentos dos clientes da IMBEL® se dão por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU) e as antecipações orçamentárias de transferências, via SIAFI:

10.1.1. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A rubrica "Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa" (PCLD) é constituída levando em consideração o seguinte quadro:

R\$ mil

Faixa	Contas a Receber 31/03/2026	PCLD ⁽¹⁾
Vencidos	198	(0)
Até 30 dias	39	-
31 a 60 dias	47	-
61 a 90 dias	112	-
91 a 120 dias	0	-
121 a 150 dias	-	-
151 a 180 dias	-	-
Acima de 180 dias	0	(0)
A Vencer	6.419	-
Total Geral	6.616	0

(1) Excluídas as duplicatas de vendas aos Órgãos Públicos, dado a sazonalidade no comportamento desses clientes atrelados a seus respectivos trâmites orçamentários e cobranças administrativas.



10.1.2. Detalhamento de Clientes Por Filial

FILIAIS	SALDO ACR ⁽¹⁾	PECLD ⁽¹⁾
FPV		
A Vencer	4.143	-
Até 30 dias	13	-
Total FPV	4.156	-
REPI		
A Vencer	1.476	-
Total REPI	1.476	-
FMCE		
Até 30 dias	46	-
Total FMCE	46	-
FI		
A Vencer	147	-
Até 30 dias	26	-
De 31 a 60 dias	0	-
De 61 a 90 dias	112	-
De 91 a 120 dias	0	-
Acima de 180 dias	0	0
Total FI	285	0
FE		
A Vencer	652	-
Total FE	652	-
Total Geral	6.616	0

(1) Os clientes registrados no circulante são referentes a contratos e os títulos vencidos nas filiais FPV, FMCE e FI estão em processo de cobrança administrativa. Os valores Registrados na REPI são referentes à venda do excedente de energia elétrica no mercado livre de energia conforme contrato.

10.2. Segmentação de Longo Prazo (Ativo Não Circulante)

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Clientes - Termo de Execução Descentralizada - TED ⁽¹⁾	365.338	368.144
Clientes - Mercado Externo (Judicializado) ⁽²⁾	341	350
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(341)	(350)
Total de Clientes	365.338	368.144

(1) Os recebimentos dos clientes da IMBEL®, via Termo de Execução Descentralizada (TED), ocorrem por meio de antecipações orçamentárias de transferências dos Órgãos Públicos, via SIAFI, com os quais a empresa possui contratos de TED. A rubrica de Clientes TED refere-se às entregas periódicas de produtos contratados e foi reclassificada para longo prazo, por diversos fatores, a saber:

- a) Dificuldade na execução orçamentária na compra de matéria-prima internacional escassa para o produto devido à alta demanda mundial;
- b) Imprevisibilidade na entrega do produto pelo fato do processo produtivo ser longo; e
- c) Dependência do Órgão Público contratante para o encerramento da prestação de contas devido aos trâmites orçamentários;

(2) Em 2024, foi realizada uma reclassificação dos clientes judicializados no balanço patrimonial da Empresa, passando do circulante para o não circulante. Essa decisão foi baseada em uma análise detalhada dos trâmites judiciais associados a esses clientes, que indicou uma extensão significativa nos prazos de resolução dos processos em andamento.

10.2.1. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A rubrica "Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa" (PCLD) é constituída levando-se em consideração o seguinte quadro:

R\$ mil

Faixa	Receber 31/03/2026	PCLD
Vencidos ⁽¹⁾	245	(245)
Até 30 dias ⁽¹⁾	1	(1)
De 31 a 60 dias ⁽¹⁾	1	(1)
Acima de 180 dias ⁽¹⁾	244	(244)
A Vencer ⁽²⁾	365.434	(95)
Total Geral	365.679	(341)

(1) Clientes judicializados aguardando os trâmites da justiça.

(2) A PCLD dos clientes a vencer refere-se às renegociações em andamento com novas datas de vencimentos das duplicatas com cobrança judicial. Os títulos de TED não há registro de PCLD.



10.2.2. Detalhamento de Clientes Por Filial

Filiais	Saldo Clientes ⁽¹⁾	PECLD ⁽²⁾
FPV		
A Vencer	29	(29)
Acima de 180 dias	142	(142)
Total FPV	171	(171)
FJF		
A Vencer	150.555	-
Total FJF	150.555	-
FMCE		
A Vencer	7.954	-
Total FMCE	7.954	-
FI		
A Vencer	206.829	-
Total FI	206.829	-
FE		
A Vencer	66	(66)
Até 30 dias	1	(1)
De 31 a 60 dias	1	(1)
Acima de 180 dias	102	(102)
Total FE	170	(170)
Total Geral	365.679	(341)

(1) Os registros de clientes, não circulante, são:

a) a rubrica a vencer nas filiais FJF, FMCE, FI referem-se Termo de Execução Descentralizada (TED) em execução, na FE o valor de R\$ 68 mil judicializados com pagamento acordado na justiça parcelado;

b) o valor registrado na rubrica vencidos a 30 dias e de 31 a 60 dias referem-se a duas parcelas do judicializado vencido, na FE.

c) os valores registrados no acima de 180 dias são títulos judicializados na FPV e na FE que estão aguardando os trâmites da justiça.

(2) Os valores registrados na PCLD são os clientes judicializados aguardando os trâmites da justiça.

11. ESTOQUES

R\$ mil

Descrição	Custos dos Estoques ⁽¹⁾	Estimativa p/ Perdas em Estoque ⁽²⁾	Líquido 31/03/2026	Líquido 31/12/2025
Produtos Acabados	39.280	(55)	39.224	39.870
Produtos em Processo	90.740	(891)	89.849	79.627
Matérias-Primas	51.555	(541)	51.014	49.581
Matérias Auxiliares	36.274	-	36.274	31.177
Almoxarifado	18.125	(0)	18.124	17.849
Importações em Trânsito	7.779	-	7.779	3.821
Adiantamento a Fornecedores ⁽³⁾	2.757	-	2.757	2.758
Compras para Entrega Futura	1.387	-	1.387	2.099
Total de Estoques	247.897	(1.488)	246.409	226.781

(1) O custo dos estoques da IMBEL[®] está relacionado diretamente ao motivo de sua continuidade operacional, e sua existência estratégica em conexão com o Artigo 4º do seu Estatuto Social. Compreende os insumos aplicados na produção industrial para produtos estratégicos de defesa, sendo que existem as seguintes metodologias, políticas e situações:

a) O estoque tem um ciclo médio de 365 dias;

b) A reposição do estoque é realizada de forma periódica devido aos longos trâmites orçamentários e licitatórios. Há uma definição dos estoques mínimos (de segurança) e máximos, sendo que o ponto de pedido de clientes é o gatilho para a reposição;

c) Para o controle do estoque é adotado o inventário cíclico mensal e o inventário anual, além da conferência periódica de fichas de estocagens;

d) O controle de validade dos insumos é realizado por meio do sistema ERP TOTVS, sendo adotado o conceito FIFO (*First in, First out*) para garantir a correta utilização. No entanto, caso ocorra o vencimento do insumo, é analisada a possibilidade de revalidação e posteriormente a baixa contábil, sendo este o último recurso, se necessário;

e) O critério de avaliação dos estoques é a média ponderável móvel; e

f) todo produto acabado da IMBEL[®] está vinculado a um contrato já definido ou uma expectativa de venda tratada junto à Diretoria Comercial da Empresa.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

"Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército"

(2) Os critérios adotados pela IMBEL®, com base no Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº16, para a provisão de perdas são:

- a) Material reprovado;
- b) Material obsoleto;
- c) Validade do produto; e
- d) Outros motivos que o engenheiro fabril achar conveniente em sua avaliação.

A baixa definitiva da provisão de perdas de estoques para a despesa se dá pelo descarte, destruição (material explosivo) ou leilão (sucata).

(3) Em virtude da atividade industrial da qual a IMBEL® pratica são necessárias situações de adiantamento de fornecedores, amparados pelas seguintes legislações:

- a) Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que em seu Art. 65 estabelece: "O pagamento da despesa será efetuado por tesouraria ou pagadoria regularmente instituída por estabelecimentos bancários credenciados e, em casos excepcionais, por meio de adiantamento", e
- b) Decreto nº 93.872, de 13 de dezembro de 1986, que no caso concreto, no Art. 38, assim descrito: "Não será permitido o pagamento antecipado de fornecimento de materiais, execução de obra ou prestação de serviço, inclusive de unidade pública, admitindo-se, todavia, mediante as indispensáveis cautelas ou garantias, o pagamento de parcela contratual na vigência do respectivo contrato, convênio, acordo ou ajuste, segundo a forma de pagamento nele estabelecida prevista no edital de licitação ou nos instrumentos formais de adjudicação direta."

A metodologia que a IMBEL® utiliza para a valoração do seu estoque é Custeio por Absorção Integral, que consiste num método que atribui aos produtos fabricados todos os custos de produção, quer de forma direta ou indireta.

12. IMPOSTOS A RECUPERAR

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
IRPJ a Recuperar ⁽¹⁾	-	6.337
ICMS a Recuperar Ativo Imobilizado	724	677
ICMS a Recuperar	1.920	972
IPI a Recuperar	697	765
COFINS a Compensar	580	865
PIS a Compensar	221	268
Total de Impostos a Recuperar	4.142	9.884

(1) O valor referente as solicitações de restituição de IRPJ dos exercícios de 2019 e 2020 foram homologados pela Receita Federal do Brasil e a IMBEL® recebeu no 1º TRIM 2026 os valores das restituições atualizadas.

13. DESPESAS ANTECIPADAS

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Custos de Serviços a Apropriar ⁽¹⁾	779	434
Manutenção a Apropriar ⁽²⁾	52	9
Seguros a Apropriar ⁽³⁾	40	47
Assinaturas a Apropriar	91	152
Total de Despesas a Antecipadas	962	642

(1) Referem-se às ordens em aberto das industrializações por encomenda e serviços de armazenamento de material;

(2) Referem-se a ordens de serviços em aberto para manutenções na filial FMCE;

(3) Referem-se a seguros de carros da empresa a ser apropriado na vigência do contrato.

14. OUTROS CRÉDITOS

R\$ mil

Descrição	31/03/2026			31/12/2025		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Adiantamento de Férias	1.164	-	1.164	3.567	-	3.567
Adiantamento de 13 salário	220	-	220	-	-	-
Depósitos Judiciais ⁽¹⁾	-	6.533	6.533	-	6.628	6.628
Processo de Desapropriação Imóvel ⁽²⁾	-	2.346	2.346	-	2.346	2.346
Processo Judicial com Fornecedores ⁽³⁾	-	2.570	2.570	-	2.570	2.570
Devoluções de NFs pagas	-	-	-	-	-	-
Depósito Caução ⁽⁴⁾	1	-	1	1	-	1
Alugueis a Receber - Prefeitura de Magé ⁽⁵⁾	57	-	57	246	-	246
ICMS a Recup. Ativo Imob. LP ⁽⁶⁾	-	2.120	2.120	-	2.228	2.228
Total de Outros Créditos	1.442	13.569	15.011	3.814	13.772	17.586

(1) Referem-se, principalmente, a depósitos recursais provenientes de processos trabalhistas ajuizados contra a IMBEL®, ficando depositado em conta judicial, sendo os valores atualizados por ocasião do pagamento das sentenças conforme Art.199 da CLT e IN nº 3 TST.



(2) Refere-se ao imóvel localizado em Grajaú, Município do Rio de Janeiro/RJ, desapropriado pela Prefeitura em 2003, o processo nº 0154181-62.2015.4.02-5101 encontra-se na fase de levantamento de valores a receber em favor da IMBEL®.

(3) Refere-se ao processo judicial nº 0010676-69.2010.5.03.6100 é de natureza civil contra fornecedor por descumprimento de contrato na aquisição de insumos, a IMBEL® é autora, o processo encontra-se com decisão transitada e julgada e em fase de execução.

(4) Refere-se à caução de contrato com fornecedor em execução.

(5) Referem-se a alugueis de imóveis para a prefeitura de Magé - RJ, cuja quitação é através termo de encontro de contas para quitação de impostos sobre propriedade (IPTU) conciliada e homologada entre as partes no final do exercício de cada ano.

(6) Refere-se a crédito de ICMS sobre ativo imobilizado (CIAP - Controle de crédito do ICMS do ativo permanente) conforme lei Complementar nº 102/00 sendo aproveitado ao longo de 48 meses.

15. INVESTIMENTOS

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Terrenos ⁽¹⁾	178	178
Edifícios ⁽¹⁾	122	122
CBC - Cia. Brasileira de Cartuchos ⁽²⁾	2.003	2.003
Total de Investimentos	2.303	2.303

(1) Refere-se ao imóvel que foi adjudicado por intermédio de garantia de pagamento com cliente antigo e inadimplente. Todavia o antigo cliente atualmente contesta na justiça o direito de usucapião do imóvel. A IMBEL® possui o registro da escritura o que lhe foi conferida a propriedade. A empresa realiza monitoramento constante do ativo por meio de visitas técnicas e aguarda uma decisão judicial para propor a Diretoria Executiva à definição quanto à sua destinação e posse de fato.

(2) Refere-se à participação acionária de 0,34% na empresa. Esse investimento é avaliado pelo método de custo em função dessa participação não apresentar influência significativa, conforme o disposto no artigo nº 244, combinado com o artigo nº 14, parágrafo único da Lei nº 6.404/76. Além disso, essa participação representa menos de 20% do Capital Social da investida.

15.1. INVESTIMENTO NA CBC – CIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS

Quantidade de Ações	31/03/2026	31/12/2025
Ordinárias	20.464	20.464
Preferenciais Classe " A "	3.203	3.203

A IMBEL® possui 0,58% das ações ordinárias e 0,09% das ações preferenciais.



16. IMOBILIZADO

16.1. Demonstrações

R\$ mil

Descrição	Taxa Dep.	31/12/2025	31/03/2026				
		31/12/2025	De 01/01/2026 a 31/03/2026				
		Saldo Contábil	Movimentações	Deprec/Amortiz	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
Computadores e Perif.	20%	5.468	167	(439)	19.403	(14.208)	5.195
Edifícios	4%	34.030	819	(421)	97.621	(63.193)	34.428
Ferramental/ Disposit.	10%	10.121	7.560	(466)	24.741	(7.525)	17.216
Instalações Administ.	10%	2.157	-	(98)	9.638	(7.578)	2.059
Máquinas e Equip.	10%	58.075	2.608	(1.992)	226.501	(167.811)	58.691
Móveis e Utensílios	10%	7.131	280	(241)	17.772	(10.603)	7.169
Terrenos	-	8.353	-	-	8.352	-	8.352
Veículos	20%	2.175	33	(111)	10.902	(8.805)	2.097
Equip. de Prot. e Seg.	10%	2.944	37	(85)	4.432	(1.536)	2.895
Aparelh. e equip. de comunic. e eletrônica	20%	375	1	(24)	893	(541)	351
Benfeit. de Imov. de Terceiros	10%	701	6	(26)	1.989	(1.308)	681
Imobilizado em Poder de Terceiros	-	-	36	-	36	-	36
Total Imobilizações Técnicas		131.528	11.546	(3.904)	422.280	(283.109)	139.170
Bens móveis em elabor.	-	26.501	(7.053)	-	19.448	-	19.448
Importações em Andam.	-	-	-	-	-	-	-
Obras em Andamento	-	134.147	11.576	-	145.724	-	145.724
Pesquisa e Desenvolv.	-	-	-	-	-	-	-
Total Imobilizado em Andamento		160.648	4.523	-	165.171	-	165.171
Total de Imobilizado		292.176	16.069	(3.904)	587.451	(283.109)	304.342

16.2. Em conformidade com a Resolução nº 04/2015, do Conselho de Administração da IMBEL®, de 31 de março de 2015, que autorizou iniciar o processo de alienação de bens imóveis da Empresa, foi emitida a Instrução Normativa nº 01, de 07 de janeiro de 2016. A referida Instrução estabeleceu processos e definiu procedimentos para alienação de imóveis da IMBEL®, excetuando os direcionados às atividades operacionais das unidades de produção e os localizados em áreas de segurança da Empresa. Em 2026 não houve venda de imóveis na IMBEL®.

**16.3. Obras em andamento**

R\$ mil

Em 31/03/2026		
UP	Descrição	Valor
Fábrica Presidente Vargas - FPV	Obras de adequações ambientais, de segurança, modernização de Plantas Fabris e demais reformas.	113.214
Fábrica de Juiz de Fora - FJF	Obras de adequações ambientais, de segurança, modernização de Plantas Fabris e demais reformas.	22.571
Fábrica da Estrela - FE	Obras de adequações ambientais, de segurança, modernização de Plantas Fabris e demais reformas prediais.	9.939
Total		145.724

Os custos das obras em andamento são reconhecidos como ativo imobilizado na medida em que são concluídas as obras com o seu funcionamento adequado.

As Fábricas FPV e FJF possuem valores altos de obras em andamento devido a maior necessidade de adequação à infraestrutura ambiental e de segurança para o cumprimento das normas necessárias a uma Indústria química de alta periculosidade.

Na Filial FJF teve início ao projeto de reestruturação da Nova Planta de Carregamento (NPC).

Na Filial FPV foi incorporada a Planta Chemathur no valor de R\$ 23.575.174,98, cuja propriedade transferida pelo Exército Brasileiro via doação em 30/04/2025 e devido à necessidade de retrofitagem deverá constar em obras em andamento aguardando avaliação da engenharia sobre as possíveis melhorias.

Na Fábrica da FE estão sendo executadas obras de reformas prediais (as unidades residenciais construção e melhoramento das instalações fabris) e serviços de instalação fornecimento de sistema (SKID) de filtros de areia para os reservatórios da SEEX.

17. INTANGÍVEL

R\$ mil

Descrição	31/12/2025		De 01/01/2026 a 31/03/2026		31/03/2026		
	Taxa Amort.	Saldo Contábil	Moviment.	Amortiz	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
Softwares	20%	2.770	824	(230)	9.658	(6.293)	3.364
Marcas e Patentes	10%	620	292	(19)	3.308	(2.416)	892
Total de Intangível		3.389	1.116	(249)	12.966	(8.709)	4.256

18. FORNECEDORES

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Fornecedores Nacionais⁽¹⁾	19.734	18.573
Fornecedores Estrangeiros	-	-

(1) Refere-se aos valores a pagar de fornecedores de insumos, serviços prestados e demais atividades necessárias ao funcionamento operacional da IMBEL®.

O aumento expressivo do período apresentado ocorreu devido ao cronograma para pagamento de fornecedores dos contratos de TED. A redução ocorrerá na medida em que os recursos forem disponibilizados.



19. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES

R\$ mil

Descrição	31/03/2026			31/12/2025		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Federais *	6.212	-	6.212	7.545	-	7.545
Parcelamento Simplif. Não Previdenciário ⁽¹⁾ *	-	-	-	795	133	928
Estaduais e Municipais	2.626	-	2.626	382	-	382
Encargos e Contribuições	4.648	-	4.648	4.830	-	4.830
Obrigações Trabalhistas	24.997	-	24.997	25.034	-	25.034
Total	38.483	-	38.483	38.586	133	38.718

(*) Correção de saldo 2025 por erro de digitação.

(1) Parcelamento Simplificado não previdenciário n. 02110001200151958242288, requerido pela empresa na data de 28/04/2022, no montante de R\$ 3.975.mil, em 60 meses com parcela de R\$ 66 mil, referente a créditos tributários não reconhecidos pela Receita Federal solicitados via PERDCOMP entre os anos 2008 a 2009 e quitado e encerrado no 1º TRIM 2026.

20. RECEITA ORÇAMENTÁRIA A REALIZAR

Refere-se ao recurso disponível do aporte financeiro da União realizado até março de 2026 e ainda não utilizado no período.

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Receita Orçamentária a Realizar ⁽¹⁾	29.157	19.871

(1) Refere-se ao recurso recebido para pagar a folha de pessoal, encargos sociais, despesas judiciais e demais despesas de custeio no mês subsequente a competência.

21. TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA A REALIZAR

R\$ mil

Fábrica Favorecida	Saldo em 31/12/2025	Recebido de 01/01/2026 a 31/03/2026	TED Encerrado (-)	Valor a Realizar
Fábrica Presidente Vargas (FPV)	-	-	-	-
Fábrica de Juiz de Fora (FJF)	154.926	5.975	-	160.901
Fábrica de Material. de Com. e Eletrônica (FMCE)	33.921	2.552	-	36.473
Fábrica de Itajubá (FI)	174.715	4.870	-	179.585
Fábrica da Estrela (FE)	581	88	-	669
Unidade administrativa SEDE (UA)	-	-	-	-
Total	364.143	13.485	-	377.628

O conceito e os objetos dos TED e as movimentações financeiras estão descritos na nota explicativa nº 8.16. Demais informações sobre os TED encontram-se no endereço da página <https://www.imbel.gov.br/index.php/termos-de-execução-descentralizada>.

O saldo do TED a Realizar foi transferido para o Passivo de Longo Prazo pelos mesmos motivos explanados na Nota Explicativa nº 10.2.



22. PROVISÕES JUDICIAIS

22.1. Demandas Prováveis

Em 31.03.2026, a IMBEL® estava sujeita a 46 ações judiciais (em dezembro de 2025 eram 53) de natureza cível e trabalhista, com variadas características e em diversas fases do rito processual.

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Cível ⁽¹⁾		
Saldo Inicial	1.933	3.091
Constituição	729	1.191
Reversão	-	(2.349)
Baixa por Pagamento	-	-
Saldo Final	2.662	1.933
Trabalhista ⁽²⁾		
Saldo Inicial	8.014	15.776
Constituição	1.214	2.492
Reversão	(253)	(10.254)
Baixa por Pagamento	-	-
Saldo Final	8.975	8.014
Tributária		
Saldo Inicial	-	-
Constituição	-	-
Reversão	-	-
Baixa por Pagamento	-	-
Saldo Final	-	-
Demanda Total	11.637	9.946

(1) Ações indenizatórias de dano moral, material, etc. Compreende o valor de R\$1.500.000,00 referente ao provisionamento judicial oriundo da Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal em face da IMBEL, tendo em vista a Empresa ter atuado com desatendimento da legislação ambiental no tocante aos descartes operados junto ao Ribeirão do Preto/SP. A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) consta como terceira interessada. O Processo está em trâmite na 1ª Vara Federal de Guaratinguetá/SP, sendo a Empresa condenada na obrigação de fazer um plano de ação ambiental e adequações necessárias em seu sistema de tratamento de efluentes na Fábrica Presidente Vargas, o que representa valores de grande vulto conforme projetos executivos. Assim, o provisionamento se justifica e se faz necessário para fins de cumprimento judicial, em fase de execução, com fim de se evitar continuidade nos impactos de ordem ambiental, culminando em eventual paralisação das atividades e interdição fabril, nos termos da legislação aplicável.

(2) Ações oriundas de pedidos de reintegração à empresa, intervalo intrajornada, nulidade de acordo coletivo, acidente de trabalho, pagamento do piso mínimo salarial da categoria dos engenheiros, adicional de periculosidade e retorno de benefícios.

22.2. Demandas Possíveis

Em 31.03.2026, a IMBEL® estava sujeita a 127 ações judiciais (em dezembro de 2025 eram 129) de natureza cível, previdenciária, trabalhista e tributária, com variadas características e em diversas fases do rito processual.

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Cível	7.604	2.333
Previdenciária	-	-
Trabalhista	2.310	8.093
Demanda Total	9.914	10.426



23. PROVISÕES DIVERSAS

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Provisão para Danos ao Meio Ambiente ⁽¹⁾	192	407
Total de Provisões Diversas	192	407

(1) Referem-se aos atos de infração e advertência emitida pela CETESB (Companhia ambiental do Estado de São Paulo) na filial FPV.

23.1. Provisão para Danos ao Meio Ambiente

R\$

Auto de Infração	31/03/2026
AI n 03000944 ⁽¹⁾	76.840
AI n 03002318 ⁽²⁾	38.420
AI n 03002645 ⁽¹⁾	76.840
Total Provisões para Danos ao Meio Ambiente	192.100

(1) Auto de Infração nº 0300944 e 03002645: Pelo lançamento do efluente final ao corpo receptor apresentando o parâmetro cujos parâmetros de demanda bioquímica de oxigênio (DBO), pH e toxicidade em desacordo com os padrões estabelecidos pela legislação vigente, e pela operação inadequada do tanque de decantação, operado com excesso de material sobrenadante, podendo tornar as águas impróprias, nocivas ou ofensivas à saúde, danosas à fauna e flora.

- Medidas de Controle: Atualmente na estação de tratamento de efluentes é realizado o monitoramento automatizado do parâmetro de PH, sendo assim, o efluente é lançado no corpo receptor com o valor de PH permitido pela legislação ambiente. O material sobrenadante era bombeado para o leito de secagem da estação que posteriormente era destinado para o local aprovado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no ano de 2022 e um novo sistema de desidratação do lodo foi instalado na estação. A limpeza dos decantadores da estação é realizada de modo contínuo.

(2) Auto de Infração nº 03002313: Pelo lançamento de despejos líquidos ácidos através da galeria de águas pluviais ao corpo de água local, devido a vazamento de ácido sulfúrico fumegante (OV Oleum Vitrium) na operação de descarregamento para o tanque de armazenamento, podendo tornar as águas impróprias, nocivas ou ofensivas à saúde, inconvenientes ao bem-estar público, danosos aos materiais, à fauna e à flora.

- Medidas de Controle: A bacia de contenção que havia sido danificada foi restaurada com piso e rejunte antiácido. A Seção de Produção de Trinitrotolueno atualizou a Instrução de Trabalho, a fim de sanar e orientar quanto aos procedimentos a serem adotados em virtude de imprevistos que vierem ocorrer no caso de descarregamento de Oleum Vitrium, em especial com relação às manobras do caminhão visando a não ocorrência de danos à bacia.

A IMBEL vem adotando todas as medidas para controlar os riscos, porém no quesito toxicidade, somente será possível alcançar a plenitude quando forem implementadas todas as ações mitigadoras, previstas na Ação Civil Pública nº 0001456-85.2013.403.6118 – Cumprimento de Sentença – Justiça Federal, Guaratinguetá – SP.

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Material em Poder de Terceiros da IMBEL ⁽¹⁾	11.473	11.832
Adiantamentos de Clientes ⁽²⁾	464	19
Consignação em Favor Terceiros ⁽³⁾	351	365
Demais obrigações a Pagar ⁽⁴⁾	381	387
Total de Outras Obrigações	12.668	12.603

(1) Referem-se à insumos de clientes cedidos à IMBEL® para fins de industrialização por encomenda na Fábrica Presidente Vargas e recebimento antecipado de clientes nas filiais FMCE, FI e FE.

(2) Valores referentes a adiantamento de clientes para o processo produtivo nas filiais FPV e FE.

(3) Referem-se aos descontos na folha de pagamento para repasse de Consignação em favor de terceiros (mensalidade sindical, CAPEMI, pensão alimentícia, Associação de Funcionários e Clube Recreativo).

(4) Refere-se a obrigações cuja Nota Fiscal da obrigação é emitida no mês subsequente a despesa conforme contrato, o registro contábil ocorre pela competência na filial FPV.

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital Social

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/12/2025	ORIGEM
Capital Realizado ⁽¹⁾	510.513	412.225	100% UNIÃO
Total	510.513	412.225	

(1) Em 28 de janeiro de 2026, foi realizada a integralização de Capital Social, utilizando o saldo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e Reserva de



Investimento, no montante de R\$ 98.288 milhões. A operação foi formalizada com base no Parecer SEI nº 65251.000335/2026-69 do Ministério da Fazenda e registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 2968375 de 19/02/2026.

25.2. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/12/2025	ORIGEM
AFAC ⁽¹⁾	13.522	41.985	100% UNIÃO
Total	13.522	41.985	

(1) Referem-se aos recebimentos de recursos provenientes da União, único acionista da IMBEL®, para suas operações de investimentos, em conformidade com a Macrofunção SIAFI nº 021122 – Participação da União no Capital das Empresas, Nota Conjunta nº 013/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN, Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público – MCASP, NBC TG 39 e demais Legislações vigentes, os recursos são registrados na LOA como investimento.

25.3. Saldo das Reservas Após a Destinação do Resultado

25.3.1 Saldo das Reservas

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Reserva Legal ⁽¹⁾	14.350	14.350
Reserva de Investimentos ⁽¹⁾	135.015	202.540
Reserva Especial de Dividendos ⁽¹⁾	35.864	35.864
Total das Reservas	185.229	252.753

(1) A deliberação do Resultado de 2025, pela Assembleia Geral Ordinária, foi solicitada via parecer Técnico 1/2026 DGAC/DRADM da seguinte forma:

- a) R\$ 4.337 mil lançado na Reserva Legal;
- b) R\$61.807 mil lançado na Reserva para Investimentos; e
- c) R\$ 20.602 mil lançado na Reserva Especial de Dividendos.

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Receita de Vendas Mercado Interno ⁽¹⁾	14.017	36.721
Receita de Vendas Mercado Interno (Contratos)	14.017	2.835
Receita de Vendas Mercado Interno (TED)	-	33.886
Receita – Vendas Merc. Externo	-	3.562
Prestação de Serviço/Revenda ⁽²⁾	8.858	6.691
IPI sobre Vendas Mercado Interno	(558)	(56)
ICMS Substituição Tributária	(11)	(7)
Total da Receita Bruta	22.306	46.910
Vendas Canceladas ⁽³⁾	(387)	(539)
Total da Receita	21.919	46.370
ICMS	(3.445)	(9.740)
COFINS	(994)	(615)
PIS	(216)	(134)
ICMS sobre Vendas Fundo de Combate à Pobreza	(2)	(0)
ISS	(3)	(1)
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(4.660)	(10.490)
Receita Operacional Líquida	17.259	35.880

(1) Em relação ao 1º TRIM 2026 faturamento da empresa decorrente de:



a) faturamento de R\$ 14.017 mil em contratos da empresa:

- A Filial FPV o valor de R\$ 10.078 mil;
- A filial REPI o valor de R\$ 448 mil pela venda excedente de energia elétrica no mercado livre;
- A Filial FMCE o valor de R\$ 46 mil;
- A Filial FI o valor de R\$ 1.392 mil e;
- A Filial FE o valor de R\$ 2.053 mil.

(2) Faturamento de Industrializações por Encomenda (IPE) e serviços prestados no valor de R\$ 8.858 mil:

- A Filial FPV o valor de R\$ 8.774 mil de Industrializações por Encomenda (IPE) e o valor de R\$ 55 mil de Serviços prestados;
- A Filial FI o valor de R\$ 28 mil de Serviços prestados;

(3) Cancelamento de vendas: O corrido na filial FPV no valor de R\$ 387 mil de devolução de industrialização por encomenda no período.

27. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS

27.1. Custos de Vendas Nacionais

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Custos de Vendas Nacionais - Contratos	(7.005)	(1.575)
Custos de Vendas Nacionais - TED	-	(19.124)
Total de Custos Vendas Nacionais	(7.005)	(20.699)

27.2. Custos de Vendas Internacionais

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Custos Vendas Internacionais	-	(1.943)

27.3. Custos de Industrializações

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/3/2025
Custos de Industrializações	(3.562)	(3.463)

27.4. Custos dos Serviços Prestados e Revenda de Mercadorias

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Custos dos Serviços Prestados	(21)	(4)

27.5. Recuperação de Custos

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Vendas de Resíduos	138	14
Custo - Vendas de Resíduos	(6)	(1)
Recuperação de Custos	132	13

**28. MANUTENÇÃO DE CAPACIDADE ESTRATÉGICA ⁽¹⁾****R\$ mil**

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Mão de Obra Ociosa ⁽²⁾	(3.132)	(2.749)
Gastos Gerais de Fabricação com a Ociosidade	(15.750)	(13.110)
Total	(18.882)	(15.860)

(1) O conceito da Manutenção da Capacidade Estratégica está descrito na Nota Explicativa número 8.19.

A variação de 0,8% na Manutenção da Capacidade Estratégica, justifica-se pelos fatores:

a) Baixa demanda de venda de alguns produtos estratégicos do portfólio da IMBEL®; e

b) Insuficiência de recursos para aquisição de insumos: Essa situação limita o uso integral da capacidade produtiva instalada. Como alternativa, a IMBEL® está trabalhando para a expansão orçamentária na busca de fontes de financiamentos complementares, como Industrialização por Encomenda (IPE), Termos de Execução Descentralizada (TED), que garantem a produção sem depender exclusivamente dos recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual (LOA).

A IMBEL® está trabalhando revisão da IN 00.I.I-001 MCE, modificando sua nomenclatura para CEM (Capacidade Estratégica Mobilizável) adequando os conceitos e registros das despesas nas demonstrações da empresa enviadas para consenso pelo SEI 65251.005686/2025-85.

(2) Os valores da Mão de Obra Ociosa não cresceram na mesma proporção dos Gastos Gerais de Fabricação com a Ociosidade devido:

a) A realocação administrativa de pessoal para Plantas Fabris que estavam produtivas à época;

28.1. DISTRIBUIÇÃO DA MANUTENÇÃO DA CAPACIDADE ESTRATÉGICA POR FÁBRICA**R\$ mil**

FÁBRICA	31/03/2026	31/03/2025
FPV	(3.826)	(3.880)
Mão de Obra Ociosa	(471)	(510)
Gastos Gerais de Fabricação com a Ociosidade	(3.355)	(3.370)
FJF	(3.750)	(1.423)
Mão de Obra Ociosa	(480)	(144)
Gastos Gerais de Fabricação com a Ociosidade	(3.271)	(1.279)
FMCE	(1.551)	(1.583)
Mão de Obra Ociosa	(225)	(232)
Gastos Gerais de Fabricação com a Ociosidade	(1.326)	(1.350)
FI	(4.123)	(4.400)
Mão de Obra Ociosa	(1.015)	(1.111)
Gastos Gerais de Fabricação com a Ociosidade	(3.108)	(3.290)
FE	(5.632)	(4.573)
Mão de Obra Ociosa	(942)	(753)
Gastos Gerais de Fabricação com a Ociosidade	(4.690)	(3.821)
Total	(18.882)	(15.860)



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

"Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército"

29. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Salários, gratificações, benefícios e encargos sociais ⁽¹⁾	(15.657)	(15.300)
Depreciações e Amortizações	(1.333)	(1.355)
Amstras e Brindes	(122)	(79)
Assistência Médica ⁽²⁾	(142)	(11)
Combustíveis e Lubrificantes	(99)	(111)
Consultoria e Assessoria ⁽³⁾	(64)	-
Consumo de Água ⁽⁴⁾	(69)	(39)
Consumo de Gás	(1)	(0)
Cópias e Reproduções	(48)	(53)
Despesas Cartoriais	(3)	(6)
Despesas com Importações	(73)	(95)
Desp. C/ Post. Teleg. Malote	(10)	(7)
Despesas com Viagens e Diárias ⁽⁵⁾	(477)	(351)
Despesas Legais e Judiciais ⁽⁶⁾	(506)	(401)
Energia Elétrica ⁽⁷⁾	(217)	(190)
Gastos c/ Pessoal (Rateio)	(3.039)	(3.194)
Gêneros Alimentícios	(2)	(6)
Honorários Advocatícios	(5)	-
Honorários da Diretoria	(385)	(365)
Livros Revistas e Jornais	-	(3)
Locação de Bens e Moveis	(29)	(28)
Manutenção e Conservação de Imóveis ⁽⁸⁾	(1.121)	(1.680)
Manutenção e Conservação de Máq. e Equipamentos	(164)	(154)
Manutenção e Conservação de Veículos ⁽⁹⁾	(78)	(82)
Materiais de Consumo	(77)	(652)
Material de Escritório	(25)	(26)
Materiais de Informática	(71)	(238)
Materiais de Limpeza e Higiene	(22)	(17)
Publicidade Administrativa ⁽¹⁰⁾	(12)	-
Reversão Prov. p/ Dev. Duvidosos	9	9
Recup.de Custos e Gastos	7	13
Remuneração Conselho	(48)	(53)
Seguro de Veículos	(23)	(16)
Seguro de Vida em Grupo	(5)	(27)
Serviços de Escolta	(1)	-
Serviços de Terceiros PF	(7)	(2)
Serviços de Terceiros PJ ⁽¹¹⁾	(3.889)	(4.006)
Telefone Fixo	(12)	(11)
Telefone Móvel	(7)	(17)
Tickets Alimentação ⁽¹²⁾	(1.130)	(770)
Treinamento de Pessoal ⁽¹³⁾	(62)	(19)
Uniformes e Material de Segurança ⁽¹⁴⁾	(126)	(89)
Vale Transporte e Combustível	(7)	(2)
Custos Rateados (Devedora)	(696)	(1.002)
Custos Rateados (Credora)	-	1
Comitê de Auditoria	(36)	(36)
Total	(29.884)	(30.469)

(1) O aumento da despesa de salários, refere-se aumento devido a variação do ACT 2024/2026;

(2) O valor refere-se à nivelção de valores e reajustes de contratos de planos de saúde conforme data base e mudança de faixa etária de cada contrato dos beneficiários de reembolso e pagamento na FE e SEDE.

(3) O Valor da despesa refere-se na SEDE a contratação de consultoria tributária anual e na FMCE a contratação de serviços técnicos especializados de câmbio e negócio;

(4) O valor refere-se ao consumo de água classificado na administração nas filiais FPV, FJF e FMCE.

(5) O valor das despesas com viagem devido à participação de feiras, eventos nacionais e internacionais na busca de novos mercados e visitas técnicas as filiais.

(6) O valor refere-se ao pagamento de condenações judiciais de processos de natureza trabalhista nas filiais FPV, FMCE, FI, FE e SEDE.

(7) O valor refere-se a despesa de energia elétrica ocorreu principalmente nas filiais FPV, FJF, FMCE e FE.

(8) O valor refere-se ao gasto com as manutenções preventivas de Imóveis conforme cronograma nas filiais FPV, FJF, FMCE e FE.

(9) O valor da despesa de Manutenção e Conservação Veículos ocorreu a manutenção da frota de forma preventiva nas filiais FPV, FJF, FMCE, FE.

(10) O Valor refere-se ao gasto com publicidades da empresa no período.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

"Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército"

(11) O valor refere-se ao gasto com serviços de manutenção e conservação de limpeza, serviço de vigilância e segurança patrimonial, serviços especializados de topográficos e segurança da área da REPI, prestação de serviço de implantação e manutenção do sistema produtivo da empresa.

(12) O aumento do auxílio alimentação/refeição é consequência do reajuste aprovado pelo acordo coletivo 2024/2026, de R\$656,00 para o valor R\$795,00 (no primeiro ano acordo coletivo 2024/2025) e de R\$795,00 para o valor R\$1.000,00 (segundo ano do acordo coletivo 2025/2026), valores pagos de café da manhã nas filiais após decisão judicial e reclassificação na Sede de despesas lançadas como despesa de rateio de pessoal;

(13) O valor refere-se a gastos com treinamentos e capacitação na área administrativa nas filiais FPV, FMCE, FE e SEDE.

(14) O valor da despesa refere-se a gasto com Uniformes e Material de segurança nas filiais FPV, FJF, FI e FE.

29.1. DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR FÁBRICA

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
FPV ⁽¹⁾	(4.873)	(5.098)
FJF ⁽²⁾	(5.310)	(5.759)
REPI	(56)	(56)
FMCE ⁽³⁾	(3.704)	(4.328)
FI ⁽⁴⁾	(3.477)	(3.787)
FE ⁽⁵⁾	(4.590)	(4.283)
SEDE ⁽⁶⁾	(7.873)	(7.157)
Total Despesas Administrativas	(29.884)	(30.469)

Em todas as Filiais houve aumento de despesas de salários e benefícios devido a implementação do reajuste concedido do acordo coletivo 2024/2026.

(1) Na **Filial FPV**, destacam-se os seguintes gastos: **Serviços de Terceiros (PJ)**: R\$ 814 mil (limpeza, conservação e segurança armada); **Manutenção de Imóveis**: R\$ 142 mil (conforme cronograma preventivo); **Energia Elétrica**: R\$ 25 mil (consumo administrativo); **Manutenção de Veículos**: R\$ 25 mil (revisões preventivas) e **Despesas Legais e Judiciais**: R\$ 17 mil (custas e honorários).

(2) Na **Filial FJF**, as despesas concentraram-se majoritariamente nos seguintes itens: **Serviços de Terceiros (PJ)**: R\$ 717 mil, referentes aos contratos de vigilância e segurança armada.; **Conservação de Imóveis**: R\$ 698 mil, destinados à manutenção predial; **uniformes e EPIs**: R\$ 35 mil para a aquisição de uniformes e materiais de segurança; e **Manutenção de Veículos**: R\$ 21 mil investidos na conservação da frota.

(3) Na **Filial FMCE**, as despesas principais estão distribuídas da seguinte forma: **Manutenção de Imóveis**: R\$ 183 mil em conservação predial; **Serviços de Terceiros (PJ)**: R\$ 174 mil para vigilância e segurança patrimonial e R\$ 18 mil em consultoria técnica (câmbio e negócios) e R\$ 18 mil em treinamentos e impressões de manuais.; **Despesas Legais e Judiciais**: R\$ 170 mil destinados ao pagamento de condenações trabalhistas.; **Viagens**: R\$ 76 mil em deslocamentos; **Energia Elétrica**: R\$ 68 mil referentes ao consumo da unidade.

(4) Na **Filial FI** o valor das despesas refere-se: **Serviços de Terceiros (PJ)**: R\$ 808 mil, abrangendo contratos de conservação e limpeza, vigilância armada, além de serviços técnicos de segurança de barragem e levantamento topográfico da REPI.; **Despesas Legais e Judiciais**: R\$ 101 mil, destinados ao pagamento de condenações em processos trabalhistas; **Manutenção de Veículos**: R\$ 25 mil investidos em manutenção preventiva de veículos.

(5) Na **Filial FE** as despesas distribuem-se da seguinte forma: **Serviços de Terceiros (PJ)**: R\$ 1.067 mil, destinados aos contratos de conservação, limpeza, vigilância armada e manutenção de áreas verdes.; **Energia Elétrica**: R\$ 103 mil, referente ao consumo das instalações administrativas.; **Manutenção de Imóveis**: R\$ 96 mil, realizados conforme o cronograma de manutenção preventiva; **Despesas Legais e Judiciais**: R\$ 34 mil, aplicados no pagamento de custas e condenações em processos trabalhistas e **Viagens**: R\$ 12 mil em despesas de deslocamento.

(6) Na **SEDE**, as variações nas despesas detalham-se: **Auxílio Alimentação/Refeição**: R\$ 1.130 mil. O aumento reflete o reajuste do Acordo Coletivo 2024/2026 — que elevou o benefício de R\$ 656,00 para R\$ 795,00 (1º ano) e para R\$ 1.000,00 (2º ano) — além de reclassificações de despesas de rateio de pessoal; **Viagens e Ajuda de Custo**: R\$ 372 mil, destinados à prospecção de novos mercados e visitas técnicas às filiais; **Serviços de Terceiros (PJ)**: R\$ 308 mil, abrangendo contratos de conservação e limpeza, além da implantação de módulos no sistema ERP; **Despesas Judiciais**: R\$ 182 mil referentes a condenações judiciais; **Assistência Médica**: R\$ 138 mil, decorrentes da reclassificação de despesas rateadas e reembolsos de planos de saúde no período; **Consultoria e Assessoria**: R\$ 45 mil relativos à contratação de consultoria tributária anual.

30. DESPESAS COMERCIAIS

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Salários, gratificações, benefícios e encargos sociais	(118)	(128)
Comissões de terceiros sobre vendas	-	(6)
Depreciações	(0)	-
Despesas com Exportações	-	(2)
Desp. c/ Transp. de produtos Controlados	(2)	(5)
Materiais de Consumo	(7)	(8)
Serviços de Escolta	-	(2)
Despesas com Viagens	(4)	-
Telefone Fixo	(0)	(0)
Uniformes e Mat. Segurança	(0)	(1)
Custos Rateados (Devedora)	(8)	(11)
Total de Despesas Comerciais	(140)	(162)

**31. DESPESAS TRIBUTÁRIAS****R\$ mil**

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Tributos Municipais ⁽¹⁾	(863)	(357)
Tributos Estaduais ⁽²⁾	(726)	(540)
Tributos Federais	(656)	(920)
Total	(2.245)	(1.818)

(1) O valor da despesa tributária municipal ocorreu devido o pagamento de IPTU das filiais referentes ao exercício de 2026.

(2) O valor da despesa tributária estadual ocorreu devido o pagamento do IPVA da frota da empresa e de ICMS referente a diferenças de alíquotas nas aquisições de do 1º TRIM 2026.

32. DESPESAS DIVERSAS**R\$ mil**

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Provisões Judiciais ⁽¹⁾	(1.944)	(695)
Provisão para Danos ao Meio Ambiente	(15)	(18)
Variação de Estoque	(445)	(794)
Refugos	(463)	(678)
Garantia da Qualidade dos Produtos	(549)	(756)
Pesquisa e Desenvolvimento	(1.016)	(2.494)
Provisão para Perdas em Estoques	-	(163)
Despesas Indedutíveis ⁽²⁾	(2.806)	-
Total de Despesas Diversas	(7.238)	(5.597)

(1) O acréscimo na despesa de provisões judiciais ocorreu devido a reclassificação jurídica de processos na área cível e trabalhistas nas filiais FJF e FI.

(2) A rubrica despesas dedutíveis é proveniente de baixas de notas fiscais de TED 22-EME-017-00 encerrado em dezembro de 2025 reconhecida na época como ganho e baixa extemporânea realizada em março de 2026.

33. RESULTADO TED**R\$ mil**

Descrição	31/3/2026	31/3/2025
Restos a Pagar Cancelados/não executados	-	(2.995)

34. RECEITAS DIVERSAS**R\$ mil**

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Reversão de Provisão Judicial ⁽¹⁾	491	263
Outras Receitas Operacionais ⁽²⁾	20	-
Total de Receitas Diversas	511	263

(1) Reclassificação de reversão de provisões conforme relatório da Assessoria Jurídica de natureza Civil e Trabalhista não filiais FPV e FMCE.

(2) Valor referente a recebimento de fornecedores na filial FJF de amostras de insumos para testes.

35. DESPESAS FINANCEIRAS**R\$ mil**

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Descontos Concedidos	(0)	(0)
Juros Passivos ⁽¹⁾	(435)	(430)
Juros s/Tributos	(0)	(1)
Multas	(6)	(47)
Variações Cambiais Passivas	(47)	(195)
EC 135/2024-DRU ⁽²⁾	-	(1.324)
Total de Despesas Financeiras	(488)	(1.997)

(1) Valor referente a apropriação dos juros referente as 14 parcelas do parcelamento simplificado não previdenciário nº 02110001200151958242288, requerido pela empresa na data de 28/04/2022, no montante de R\$ 3.975.mil, em 60 meses com parcela de R\$ 66 mil, referente a créditos tributários não reconhecidos pela Receita Federal solicitados via PERDCOMP entre os anos 2008 a 2009 e quitado e encerrado no 1º TRIM 2026.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

"Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército"

(2) Conforme Mensagem SIAFI 2025/3727183 De 170500 - COORDENACAO-GERAL DE TESOUREARIA – CGTES/STN em 28/07/2025 a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN emitiu um Parecer SEI Nº 1563/2025/MF no qual registrou o entendimento de que **não deve haver incidência da DRU, nos termos do art. 76 do ADCT, com a redação dada pela EC nº 135/2024, sobre receitas patrimoniais auferidas pelas empresas públicas dependentes e que os valores recolhidos no período a título de DRU pelas estatais dependentes, na vigência da EC nº 135/2024, foram devolvidos.**

36. RECEITAS FINANCEIRAS

R\$ mil

Descrição	31/3/2026	31/3/2025
Descontos Obtidos	7	20
Juros Ativos	43	9
Rendimentos s/ Aplicações Financeiras ⁽¹⁾	6.618	6.976
Variações Cambiais Ativas	65	200
Multas Contratuais ⁽²⁾	85	31
Total de Receitas Financeiras	6.818	7.236

(1) As aplicações de recursos de empresas públicas e sociedades de economia mista da Administração Federal Indireta se dão por meio de fundos extramercado, conforme previsto na Resolução CMN nº 3.284 de 2005. Este fundo tem a política de investimento atrelada a um dos índices da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais). No caso da IMBEL®, o fundo extramercado está vinculado ao índice IFR- M 1 que representa a evolução, a preços de mercado, da carteira de títulos públicos prefixados (LTN) com prazos inferiores a um ano.

(2) O valor registrado na rubrica de Multas s/ Recebimentos refere-se: a multa aplicada aos clientes da Empresa, por descumprimento de cláusula contratual;

37. OUTRAS DESPESAS

R\$ mil

Descrição	31/3/2026	31/3/2025
Perdas no Imobilizado ⁽¹⁾	(151)	(1)
Despesas Eventuais ⁽²⁾	(16)	(8)
Total de Outras Despesas	(167)	(8)

(1) Refere-se a baixa da diferença do bem que foi devolvida para o fornecedor referente a Ordem Serviço 416006, cujo bem foi implantado a maior na filial FI.

(2) Pagamentos de taxas da vigilância sanitária para regularização ambiental na FE e despesas de diversas na Sede.

38. OUTRAS RECEITAS

R\$ mil

Descrição	31/3/2026	31/3/2025
Ganhos de Imobilizado	-	0
Vendas de Sucatas	-	4
Outras Indenizações ⁽¹⁾	8	-
Aluguéis ⁽²⁾	403	381
Receita de Atualiz. e Recup. de Crédito ⁽³⁾	3.623	-
Outras Receitas ⁽⁴⁾	64	9
Total de Outras Receitas	4.097	394

(1) Valor referente ao recebimento de GRU de IPTU das unidades residenciais pagas pelos inquilinos na filial FPV.

(2) Valor referente ao recebimento de aluguéis das unidades residências das filiais, locadas a militares da ativa e empregados de carreira existentes nas filiais FPV, FJF, FI e FE.

(3) O valor refere-se à atualização do recebimento de restituição de IRPJ referente aos exercícios de 2019 e 2020 homologados pela Receita Federal do Brasil no 1º TRIM 2026.

(4) Valor referente ao lançamento de atualização de depósitos recursais devolvidos a empresa nas filiais FPV e FI.

39. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

39.1. Subvenção Governamental

R\$ mil

Descrição	31/3/2026	31/3/2025
Recurso para pagamento da Folha de Pessoal e Benefícios	36.703	24.751
Recurso para pagamento de Demais Custeios	5.056	10.447
Recurso para pagamento de Demandas Judiciais	16.085	1.959
Recurso emenda parlamentar reclassificada Contabilmente ⁽¹⁾	-	93
Total	57.844	37.250

(1) Lançamento de reclassificação contábil em janeiro de 2025 referentes às emendas parlamentares de dezembro de 2024.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

"Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército"

39.2. Subvenções Gov. Emendas Parlamentares

R\$ mil

Descrição	31/3/2026	31/3/2025
Subvenções Governamentais e Emendas Parlamentares ⁽¹⁾	287	-
Total	287	-

(1) Valores de emendas destinadas à IMBEL executadas.

39.2.1. Subvenção Emenda Parlamentar por Filial

R\$ mil

Em 31/03/2026			
UP	Emenda	Descrição	Valor
Fábrica Juiz de Fora - FJF	Nº 202443020010 Ana Pimentel	Modernização - Para a Indústria de Material Bélica do Brasil - OM Beneficiada Juiz de Fora	129
Total FJF			129
Fábrica de Itajubá -FE	Nº 202342100004 Carlos Portilho	Revitalização das Unidades Residenciais da Vila Mimosa atingidas pela enchente. Reforma devido às fortes chuvas que atingiram a cidade de Petrópolis/RJ ocasionando aumento no volume da água nos rios da região (Vila Inhomirim).	83
Total FE			83
SEDE- DF	Recurso destinado ao pagamento de impostos, a ser efetuado no segundo decêndio do mês subsequente.		75
Total SEDE			75
Total			287

40. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

40.1. Demonstração da Despesa de IR e CSLL

R\$ mil

Descrição	31/3/2026	31/3/2025
Valores Correntes	(5.042)	-
IR e CS no País	(5.042)	-
Valores diferidos	-	-
IR e CS no País	-	-
Total	(5.042)	-

40.2. Conciliação dos encargos com IR e CSLL

R\$ mil

Descrição	31/3/2026	31/3/2025
Resultado antes dos tributos	17.317	(3.980)
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (9%)	(5.888)	-
Diferido não constituído sobre diferenças temporárias	(1.458)	-
Diferido não constituído sobre déficit fiscal e base negativa de CSLL	2.205	-
Demais	98	-
Total	(5.042)	(3.980)

**41. REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES, EMPREGADOS E BENEFÍCIOS.**

As remunerações dos empregados e administradores da Empresa no mês de março de 2026 estão discriminadas a seguir:

41.1. Maior e menor remuneração

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Empregados		
Menor salário	1.733,64	1.733,64
Maior salário	23.115,56	23.115,56
Dirigentes		
Diretor-Presidente	23.009,16	23.009,16
Vice-Presidente Executivo	21.858,70	21.858,70
Diretores	20.708,23	20.708,23
Conselheiros		
Conselho Administração	2.305,71	2.305,71
Conselho fiscal	2.305,71	2.305,71
Comitê de Auditoria (COAUD)	4.000,00	4.000,00

41.2. Salários médios

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Empregados	3.855,57	3.789,20
Dirigentes	21.283,46	21.283,46

41.3. Quantidade de funcionários

Descrição	Quantidade
Em 31/12/2025	2.053
Contratados de 01/01/2026 a 31/03/2026 ⁽¹⁾	58
Demitidos de 01/01/2026 a 31/03/2026 ⁽²⁾	(47)
Em 31/03/2026	2.064

(1) Dos contratados no período 67% são da área administrativa e 33% área produtiva.

(2) Dos demitidos no período 87% são da área administrativa e 12% área produtiva.

41.4. Quantidade de funcionários

Descrição	Quantidade
CLT (Funcionários contratados no regime Celetista) ativos	1.691
Jovem Aprendiz	75
Diretores	6
Aposentados por Invalidez	76
Empregados de Livre Provisão -ECLP	56
Estatutários Cedidos	35
Militares PTTC (Prestador de Tarefa por Tempo Certo)	48
Estagiários	12
Militares da Ativa	56
Membros do Conselho/COAUD	9
Total	2.064

**41.5. Valor investido em treinamento de pessoal****R\$**

Descrição	31/03/2026	31/3/2025
De 01/01/2026 a 31/12/2026 ⁽¹⁾	65.667,50	12.499,98

(1) Foram gastos com treinamentos obrigatórios na área produtiva e administrativa assim distribuída: na FPV o valor de R\$ 600,00, Na FJF o valor de R\$ 4.800,00, na FMCE o valor de R\$ 18.090,00, na FE R\$ 24.877,50 e na SEDE o valor de R\$ 17.300,00.

41.6. Valor global de salários e benefícios**R\$**

Salários e Benefícios	31/03/2026	31/03/2025
Restituição Plano de Saúde ⁽¹⁾	1.232.353,07	1.062.968,48
Auxílios Alimentação/Refeição ⁽²⁾	10.196.690,48	8.633.917,45
Auxílio Creche ⁽³⁾	214.165,20	186.789,45
Auxílio Transporte /combustível ⁽⁴⁾	420.813,36	422.512,74
Auxílio Funeral ⁽⁵⁾	3.366,72	10.801,20
Seguro de Vida em Grupo ⁽⁶⁾	39.357,55	63.777,28
Previdência Privada	Não se Aplica	Não se Aplica

(1) a variação refere-se à nivelção de valores e reajustes de contratos de planos de saúde conforme data base e mudança de faixa etária de cada contrato dos beneficiários de reembolso.

(2) refere-se à variação no aumento do auxílio alimentação, reajuste aprovado pelo acordo coletivo 2024/2026, de R\$656,00 para o valor R\$795,00 (no primeiro ano acordo coletivo 2024/2025) e de R\$795,00 para o valor R\$1.000,00 (segundo ano do acordo coletivo 2025/2026) e valores pagos de café da manhã nas filiais após decisão judicial;

(3) referem-se às despesas de variação no aumento do auxílio creche, reajuste aprovado pelo acordo coletivo 2024/2026, de R\$322,09 para o valor de R\$ 480,00 (no primeiro ano acordo coletivo 2024/2025) e de R\$480,00 para o valor R\$504,96 (segundo ano do acordo coletivo 2025/2026) e aumento da taxa de natalidade e/ou solicitações do benefício não solicitado anteriormente.

(4) refere-se à implementação do pagamento do benefício combustível na empresa e o aumento da despesa se deve a adesão de funcionários que não faziam uso da modalidade auxílio transporte/combustível, passaram a fazer uso do benefício;

(5) refere-se a pagamento de auxílio funeral para os beneficiários em decorrência de falecimento de 1 (um) funcionário neste período na SEDE.

(6) refere-se ao pagamento de seguro de grupo de funcionários por decisão judicial.

42. PARTES RELACIONADAS

42.1. A definição na IMBEL[®] aplica-se ao seu órgão controlador, a UNIÃO, empresas coligadas ou parceiras e a todos os demais colaboradores da IMBEL[®], com ênfase naqueles que possuem poderes delegados de decisão, tais como conselheiros, diretores, chefes, gerentes, membros de comitês, colegiados e comissões.

42.2. A IMBEL[®] é uma empresa pública 100% Federal e dependente do orçamento da União, possui transações decorrentes dos repasses recebidos e a receber pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal. As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro a seguir:

R\$ mil

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Com a União Federal		
Ativo Circulante		
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento (fonte 100)	33.499	31.694
Adiantamento ao Fornecedor Emgepron (Empresa Pública)	2.216	2.304
Passivo Circulante		
Obrigações empenhadas a pagar (restos a pagar processados)	24.408	22.767
Obrigações empenhadas a pagar (restos a pagar não processados)	258.596	35.174
Receita		
Receita Orçamentária para Custeio e Pagamento de Pessoal	57.844	236.202
Receita de Vendas para Órgãos Governamentais	-	-
Entrega de produtos do TED (Termo de Execução Descentralizada) ⁽¹⁾	-	176.633
Despesas		
Honorários dos Administradores	(385)	(1.846)
Honorários dos Conselheiros	(48)	(214)
Comitê de Auditoria	(36)	(144)

(2) O conceito e os objetos dos TED e as movimentações financeiras estão descritos na nota explicativa nº 8.16. Demais informações sobre os TED encontram-se no endereço da página <https://www.imbel.gov.br/index.php/termos-de-execucao-descentralizada>.



42.3. A IMBEL[®] possui, em seu quadro funcional, militares da ativa cedidos dos quais fazem jus ao recebimento da GARI (Gratificação por Atividade Relevante à IMBEL[®]). Em consonância ao artigo 10º do Decreto nº 10.171, de 11 de dezembro de 2019, a IMBEL[®] não efetua o reembolso dos salários dos militares às Forças Armadas por ser uma Empresa Dependente do Orçamento da União. Em 2026 o pagamento efetuado da GARI resumiu-se conforme quadro a seguir:

R\$ mil

Descrição	Até 31/03/2026		Até 31/03/2025	
	Quantitativo de Militares em 31/03/2026 ⁽¹⁾	Valor Pago	Quantitativo de Militares em 31/03/2025	Valor Pago
Nível III	56	171.482,30	62	206.387,80
Nível IV	1	4.263,36	-	-
Nível V	1	7.579,24	-	-
Total	58	183.324,90	62	206.387,80

(1) O Decreto nº 10.727 de 22 de junho de 2021, prevê que o efetivo de Militares da Ativa autorizado é de até 6% (seis por cento) do quadro quantitativo de pessoal da IMBEL[®].

43. CONCILIAÇÃO ENTRE BALANÇO PUBLICADO E BALANÇO SIAFI

43.1. A IMBEL[®] ingressou no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social em 2008 e passou a ser uma Empresa Pública Dependente, devendo atender aos ditames da Lei nº 4.320/64, e está obrigada a utilizar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) para sua execução financeira e orçamentária.

43.2. A IMBEL[®], como empresa pública de grande porte, se obriga à Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e utiliza um sistema corporativo de processamento de dados (ERP - Datasul E.M.S.) que lhe permite controlar seus Bens, Direitos e Obrigações e apurar o seu Resultado.

43.3. Em atendimento aos itens 15 e 16 do Acórdão nº 2.016/2006 do Tribunal de Contas da União - TCU, de 1º de novembro de 2006, o qual determinou diretamente às estatais que seja incluída nas notas explicativas a conciliação entre o Balanço publicado conforme a Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e o obtido via SIAFI, de acordo com a Lei nº 4.320/64. O quadro a seguir demonstra a conciliação efetuada:

Em 31/03/2026**R\$ mil**

Descrição	Lei nº 6.404/76	Lei nº 4.320/64	Diferenças
	Lei das S/A.	Contab. Pública	
Ativo Circulante	521.229	912.062	(390.833)
Ativo não Circulante	689.808	365.641	324.168
Total do Ativo	1.211.038	1.277.703	(66.665)
Passivo Circulante	111.872	445.006	(333.134)
Passivo Não Circulante	377.628	2.187	375.441
Patrimônio Líquido	721.538	830.510	(108.972)
Total Passivo	1.211.038	1.277.703	(66.665)

**INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL***"Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército"*

43.4. Pelo comparativo destacado, anteriormente, as diferenças se distribuem da seguinte forma:

Em 31/03/2026

R\$ mil

Ativo Circulante	Diferenças	Passivo Circulante	Diferenças
Impostos a Recuperar ⁽¹⁾	(5.435)	Fornecedores ⁽³⁾	11.333
Clientes ⁽³⁾	(467.847)	Receitas Orçamentárias a realizar ⁽⁴⁾	29.157
Estoques ⁽³⁾	85.779	Obrigações Trabalhistas a Pagar ⁽²⁾	(2.111)
Despesas a Apropriar ⁽³⁾	1.009	Créditos da União/Tributo ⁽²⁾	3.658
Outros Créditos ⁽³⁾	(4.340)	Adiantamento de Clientes ⁽²⁾	(53)
		Materiais de Terceiros ⁽²⁾	(2.349)
		TED a Realizar ⁽³⁾	(377.628)
		Provisões ⁽²⁾	-
		Outras Contas a Pagar ⁽²⁾	4.859
Total Circulante	(390.833)	Total Circulante	(333.134)
Ativo Não Circulante	Diferenças	Passivo Não Circulante	Diferenças
Clientes ⁽³⁾	56.202	TED a Realizar ⁽³⁾	377.628
Imobilizado ⁽³⁾	299.637	Impostos Recolher ⁽²⁾	(2.187)
Intangível ⁽³⁾	(31.671)	Outros Créditos ⁽³⁾	1
		Total Passivo Não Circulante	375.442
		Patrimônio Líquido	Diferenças
		Resultado Acumulado ⁽³⁾	(108.972)
Total Não Circulante	324.168	Total Patrimônio Líquido	(108.972)
Total	(66.665)	Total Passivo	(66.665)

(1) Valor referente aos lançamentos não apropriados de impostos apurados após o encerramento do SIAFI.

(2) Lançamentos efetuados no sistema DATASUL após o encerramento do SIAFI de março de 2026.

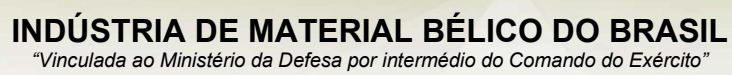
(3) Espaço temporal de registro entre SIAFI (liquidação da despesa) e DATASUL (ato da entrada do bem ou serviço); e

(4) Falta de evento contábil no registro das Subvenções Governamentais no SIAFI.

Marcio Gabriel Ribeiro
Diretor Administrativo-Financeiro

Betânia Alves
Contadora CRC-DF 021352/O-T

Ricardo Rodrigues Canhaci
Diretor Presidente

[illegible]

Ilmos. Srs.

Diretores e Conselheiros da

Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL®

CNPJ nº 00.444.232/0001-39

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da **Indústria de Material Bélico do Brasil– IMBEL®** referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e resultado abrangente para o trimestre e para o período de seis meses findos nessa data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21(R4) / CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade e ISRE 2410 – Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de

que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de para o trimestre findo nessa data e de acordo com a NBC TG 21 (R4) / CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das demonstrações contábeis intermediárias e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Fábia Marques Braga

FABIA MARQUES
BRAGA:57990506149

CRC: 013977/DF

METRÓPOLE AUDITORES INDEPENDENTES ASSOCIADOS S/S.

CNPJ: 43.384.179/0001-30

CNAI-PJ: 000287

CRC: 003374

CVM: 013277

Assinado de forma digital por FABIA
MARQUES BRAGA:57990506149
Dados: 2026.05.22 00:14:58 -03'00'



METROPOLE AUDITORES
INDEPENDENTES ASSOCIADOS
S S:43384179000130

Assinado de forma digital por
METROPOLE AUDITORES
INDEPENDENTES ASSOCIADOS S
S:43384179000130
Dados: 2026.05.22 00:15:09 -03'00'

Reinaldo Santos Oliveira Júnior

CRC: 006350/SE

METRÓPOLE AUDITORES INDEPENDENTES ASSOCIADOS S/S.

CNPJ: 43.384.179/0001-30

CNAI-PJ: 000287

CRC: 003374

CVM: 013277